

FILIADO À

CUT
FNU

Linha Viva

2015

7 de abril

BOLETIM OFICIAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE ENERGIA DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO

Av. Marechal Floriano, 199/10º e 16º andares - Centro - Rio de Janeiro - Tels.: 2233-5289/2253-5881 - sintergiapress@gmail.com

Light

Companheiras e companheiros,

A primeira etapa da Campanha Salarial de 2015 foi cumprida com a realização de pesquisa que possibilitou a contribuição de grande parte da categoria.

Agora, é responsabilidade de todos (diretoria do Sindicato e trabalhadores(as) fazer uma Assembleia que defina a pauta de reivindicações definitiva, que vai servir como instrumento de negociação do nosso Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Nesse sentido, é bom destacar que a Assembleia vai definir a pauta de reivindicações oficial. Ou seja, quem comparecer vai exercer seu direito de voz e voto e acrescentar, suprimir, modificar e aprovar cada cláusula.

É fundamental que cada setor da empresa esteja representado na Assembleia, possibilitando a aprovação de uma pauta inclusiva, em que toda

a categoria se sinta representada, o que unifica trabalhadores(as) e Sindicato na luta por um ACT que atenda a expectativa de todos.

Na Assembleia será apresentada uma pré-pauta preparada pela direção do Sindicato, que contou com a assessoria do departamento jurídico e foi baseada na conjuntura econômica e, ainda, enriquecida com as colaborações de companheiros e companheiras através da pesquisa.

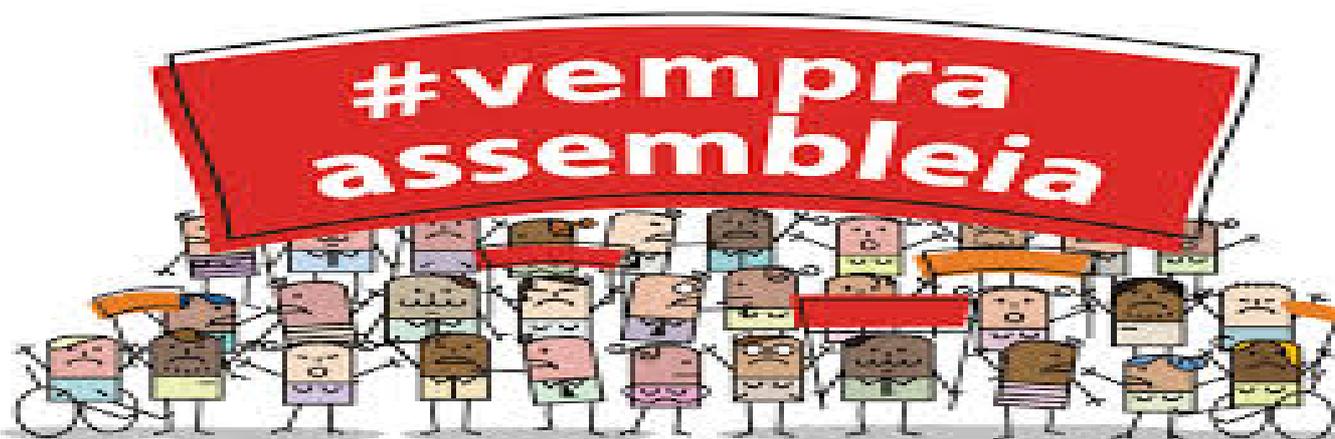
Mas voltamos a lembrar que quem participar da Assembleia pode modificar qualquer cláusula e que a decisão tomada neste fórum prevalece sobre qualquer ato anterior.

Daí a importância da participação na Assembleia.

Compareça.

Traga um(a) colega de setor.

Vamos definir uma pauta à altura das expectativas de toda a categoria!



Dia 8 de abril de 2015, às 18 horas
No Auditório do Sintergia
Avenida Marechal Floriano, 199/10º andar

Visite nosso site: www.sintergia-rj.org.br

Sem avanços. Sem acordo

Sem avanço, não há acordo. Esta frase resume a posição da CUT em relação ao PL 4330, reafirmada após reunião de negociação ocorrida na terça-feira (31 de março), entre o relator do PL 4330, deputado Artur Maia (SD/BA) e centrais sindicais (CUT, CTB, CSB, Força, NCST e UGT).

O relator do projeto afirmou que o texto será votado no próximo dia 7 e considera que houve pequenos avanços, a partir da reunião, no que se refere à inclusão do direito de representação sindical, à restrição da quarteirização e no item sobre responsabilidade solidária em empresas subsidiárias.

Segundo Quintino Severo, secretário-nacional de Finanças da CUT, que participou da reunião de terça-feira, não houve avanços na redação apresentada, já que os pontos citados pelo relator passam a ser secundários diante da essência do projeto, que é a questão da atividade-fim.

A CUT já declarou que no dia 7 de abril, dirigentes e militantes estarão no Congresso Nacional e nas ruas de todo o País para impedir a votação do PL 4330, já que, no texto, não foi incluída a proibição da terceirização na atividade-fim.

Para Quintino, “se o PL for votado como está, sem a proibição da terceirização na atividade-fim, a precarização nas relações de trabalho será indiscriminada no Brasil, prejudicando milhões de trabalhadores e trabalhadoras e abrindo caminho para que outros tantos sejam prejudicados”.

A atividade-fim é aquela que identifica a área de atuação de uma empresa, a finalidade principal do negócio. Por exemplo: em uma empresa transportadora, todos os motoristas deveriam ser

registrados pela CLT e não terceirizados; em uma construtora, engenheiros, mestres de obras, pedreiros e outros profissionais envolvidos no processo, também não poderiam ser terceirizados; assim como em uma fábrica de roupas, onde as principais profissionais são as costureiras, que exercem funções relativas à atividade-fim da empresa.

“A aprovação do projeto abrirá as portas para precarização e a CUT não admite redução de direitos”, afirma Severo. “A finalidade da terceirização é aumentar os lucros das empresas, que já são altíssimos, à custa da retirada de direitos dos trabalhadores, e isso é muito grave”, ressalta.

O texto do PL ainda diz que o sindicato que irá representar o trabalhador é o da empresa tomadora do serviço – no caso – a empresa que foi contratada para o serviço, e muitas vezes são várias. Isso significa que na empresa que contratou os serviços não haverá representação sindical, pois, se não há empregados, não há representação sindical.

“Se o projeto fosse benéfico para a classe trabalhadora, se fosse uma proposta séria, já haveria acordo das representações classistas e o projeto já teria sido aprovado. Este não é um projeto qualquer. Ele muda toda a relação trabalhista e traz riscos sérios a toda classe trabalhadora, não só aos trabalhadores terceirizados. Não dá para empurrar o PL goela abaixo. Não há acordo por parte da CUT. Vamos usar todos os mecanismos internos da Casa, apresentar destaque, obstruir, o que pudermos fazer, para barrarmos este projeto”, avalia a secretária de Relações de Trabalho da CUT Nacional, Graça Costa.

Reivindicação feita. Reivindicação atendida.

Em visita setorial, a direção do Sindicato recebeu algumas reivindicações, que foram remetidas à direção da Light, que se comprometeu a tomar as devidas providências para solucionar as questões, dentre elas a instalação de mais máquinas de gelo em Frei Caneca, visando atender as demandas da categoria e das empresas prestadoras de serviço.

A outra questão diz respeito ao abandono das subestações, que aparecem com excesso de capim e árvores, comprometendo as condições de trabalho bem como a segurança do local.

A direção do Sindicato solicita à categoria que sempre que houver situações de demandas de interesse de todos o Sindicato deve ser acionado no sentido de tomar as devidas providências para solução das mesmas.

A direção da Light já informou ao Sindicato, que tomou as providências cabíveis para solução dos dois casos acima mencionados.